Processo n.º 610/2009

Data do acórdão: 2010-1-28

(Recurso contencioso)

Assuntos:

- recurso contencioso de acto anulável
- suspensão do prazo de recurso contencioso
- notificação deficiente do acto administrativo
- assinatura da segunda via de notificação
- art.º 27.º do Código de Processo Administrativo Contencioso
- rejeição do recurso
- caducidade do direito de recurso

S U M Á R I O

1. O interessado particular prejudicado por um acto administrativo deficientemente notificado não pode ver o prazo de interposição do recurso contencioso com arguição de vícios de anulação suspenso nos termos do n.º 2 do art.º 27.º do Código de Processo Administrativo Contencioso, se dentro de dez dias contados da data da notificação deficiente inicial, não tiver pedido à entidade que praticou o acto o fornecimento dos elementos então em falta na notificação.

2. O pedido do interessado particular de assinatura da segunda via de notificação escrita do acto, não pode relevar para os efeitos dessa norma.

3. Outrossim, o n.º 1 do art.º 27.º desse Código reporta-se propriamente à hipótese em que o ente administrativo terá decidido, por sua vontade, o não desencadeamento dos efeitos do seu acto eventualmente objecto de impugnação do interessado particular, e já não a toda a situação em que o ente administrativo terá cometido alguma deficiência na notificação do seu acto, uma vez que é precisamente para esta última situação que surge a norma do n.º 2 do art.º 27.º do CPAC, vocacionada a proteger o interessado particular contra a deficiência da notificação.

4. O recurso contencioso de acto anulável deve ser rejeitado, se já tiver caducado o direito de recorrer.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 610/2009

(Recurso contencioso)

Recorrente: A (XXX)

Entidade Recorrida: Secretário para a Segurança

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

A, residente permanente de Hong Kong, veio recorrer contenciosamente do despacho de 22 de Abril de 2009 do Senhor Secretário para a Segurança desta Região Administrativa Especial de Macau que lhe tinha indeferido a renovação da autorização de residência em Macau, para pedir a anulação desse acto, com fundamento no assacado vício de violação da lei (concretamente, do disposto na Lei n.º 4/2003 e na Lei n.º 8/1999) e na imputada inconveniência manifesta da mesma decisão (cfr. o teor da petição de fls. 2 a 8 dos presentes autos).

Por despacho liminar do relator (a fls. 22 a 22v), foi rejeitado liminarmente o recurso contencioso na parte respeitante à invocada

inconveniência do acto, por este vício estar fora do alcance da jurisdição de mera legalidade a que alude o art.º 20.º do Código de Processo Contencioso Administrativo (CPAC).

Citada, veio aquela Entidade Recorrida excepcionar, na sua contestação (de fls. 28 a 30), a já caducidade do direito de recurso, pretendendo, assim, a rejeição do recurso nos termos do art.º 46.º, n.º 2, alínea h), do CPAC.

A isto respondeu o Recorrente (a fl. 35) no sentido de tempestividade do recurso.

Em sede de vista inicial, o Ministério Público pronunciou-se sobre a questão (a fls. 45 a 46), pugnando pela rejeição do recurso, devido à entendida caducidade do direito de recurso.

Colhidos subsequentemente os vistos aos Mm.ºs Juízes-Adjuntos, cumpre agora decidir da excepção levantada pela Entidade Recorrida, cuja eventual procedência obstará ao conhecimento da restante parte do objecto do recurso contencioso vertente.

II – DOS ELEMENTOS PROCESSUAIS PERTINENTES

Fluem do exame dos autos e do processo administrativo instrutor apensado, os seguintes elementos pertinentes à solução da questão de caducidade do recurso:

- **A** (ora Recorrente) é residente permanente de Hong Kong (cfr. a cópia certificada do seu cartão de identidade de Hong Kong

- constante de fl. 78 do processo instrutor);
- por despacho de 14 de Novembro de 2007 do Senhor Secretário para a Segurança (ora Entidade Recorrida), foi-lhe autorizada a residência em Macau pelo período de um ano, renovável (cfr. o teor da notificação de fl. 61 do mesmo instrutor);
 - em 21 de Outubro de 2008, o Recorrente pediu, por escrito, a renovação da autorização de residência (cfr. fl. 28 do instrutor);
 - pretensão última essa que veio a ser indeferida por despacho da Entidade Recorrida exarado em 22 de Abril de 2009, concordante com a informação n.º MIG 1804/08/E (cfr. fl. 23 do instrutor);
 - em 14 de Maio de 2009, o Recorrente, aquando da entrada no terminal marítimo provisório na Taipa, foi notificado pela primeira vez dessa decisão de indeferimento de renovação (cfr. o teor de fls. 5 e 11 do instrutor);
 - em 21 de Maio de 2009, o Recorrente assinou, a seu pedido, outra via de notificação escrita dessa decisão, de teor idêntico ao da primeira (cfr. o alegado no ponto 2 da petição do recurso contencioso e o teor da notificação escrita de fl. 4 do instrutor);
 - em 12 de Junho de 2009, e através do seu Ilustre Advogado, pediu o Recorrente a cópia da dita informação referida no despacho de indeferimento de renovação (cfr. o requerimento de fl. 7 do instrutor);
 - em 16 de Junho de 2009, foi-lhe passada a certidão da cópia dessa informação (cfr. a certidão ora junta a fls. 15 a 18 dos autos);
 - em 16 de Julho de 2009, apresentou o Recorrente a sua petição de

recurso contencioso a este Tribunal de Segunda Instância, para impugnar tal despacho de indeferimento (cfr. o teor de fls. 2 a 8 dos autos);

- até ao momento, não chegou a ser formulado qualquer pedido de suspensão de eficácia deste acto administrativo recorrido.

III – DO DIREITO

Ante os elementos processuais acima coligidos, é de rejeitar o recurso contencioso, devido à já caducidade do direito de recurso, mesmo dentro da tese defendida supervenientemente pelo Recorrente (na sua resposta à excepção deduzida pela Entidade Recorrida) no sentido de merecer ele, por não ser residente em Macau, o prazo de 60 dias, e não de 30, previsto no art.º 25.º, n.º 2, alínea b), do CPAC, para interposição de recurso contencioso de acto administrativo anulável.

Na verdade, *in casu*, não pode ter havido suspensão do prazo de interposição do recurso, no período compreendido entre a data do pedido de passagem da cópia da dita informação e o dia de passagem da certidão dessa cópia, visto que o pedido de passagem da cópia não chegou a ser formulado tempestivamente no prazo de dez dias contado da primeira notificação escrita do acto recorrido (cfr. o requisito temporal exigido no art.º 27.º, n.º 2, do CPAC para efeitos de suspensão do prazo de recurso), sendo, pois, irrelevante o pedido de assinatura da segunda via de

notificação escrita do acto, por este não ter consubstanciado, na altura, um pedido autêntico de obtenção da cópia da tal informação.

Outrossim, nem vale o argumento aduzido pelo Recorrente na mesma resposta, no sentido da aplicabilidade do disposto no n.º 1 do art.º 27.º do CPAC. É que esta norma se reporta propriamente à hipótese em que o ente administrativo terá decidido, por sua vontade, o não desencadeamento dos efeitos do seu acto eventualmente objecto de impugnação do interessado particular, e já não a toda a situação em que o ente administrativo terá cometido alguma deficiência na notificação do seu acto eventualmente objecto de impugnação pelo interessado particular. E é precisamente para esta última situação que surge a norma do n.º 2 do art.º 27.º do CPAC, vocacionada a proteger o interessado particular contra a deficiência da notificação.

Portanto, sendo já deficiente a primeira notificação do acto recorrido então feita em 14 de Maio de 2009, o Recorrente deveria ter aproveitado dessa norma do n.º 2 do art.º 27.º para pedir logo, em dez dias, a passagem da cópia da referida informação. Como não agiu dessa maneira, mas sim se limitou a pedir a assinatura de uma segunda via de notificação escrita do acto recorrido, já não pode vir invocar agora a suspensão do prazo de recurso a que se refere esta norma.

Como o pugnado prazo de 60 dias de recurso contencioso, contado continuamente a partir da data da primeira notificação (apesar de deficiente) do acto recorrido, já terá terminado às 24 horas do dia 13 de Julho de 2009, o presente recurso contencioso na parte então não rejeitada

liminarmente pelo relator, terá que ser rejeitado, por procedência da exceção de caducidade do direito de recurso.

IV – DECISÃO

Dest'arte, **acorda-se em rejeitar o recurso contencioso na remanescente parte atinente ao assacado vício de violação de lei.**

Custas desta parte do recurso contencioso pelo Recorrente, com seis UC de taxa de justiça.

Macau, 28 de Janeiro de 2010.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Vítor Manuel Carvalho Coelho
(Magistrado do Ministério Público
presente na conferência)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Tam Hio Wa
(Segunda Juíza-Adjunta)